

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Maria Helena Santos Soares**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ

### Ata de Reunião

#### **ATA DA 9ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE**

Aos treze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, de forma híbrida, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, em cumprimento ao Capítulo 7 - FASE DE TRANSIÇÃO, do Contrato nº 648/2024, realizou-se a 9ª Reunião do Comitê de Transição - MRAE. Enquanto representantes do Comitê de Transição - MRAE, designados através da Portaria nº 4/2025/GAB/SEAD e suas alterações, nos autos do Processo Administrativo nº 00002.011728/2024-22, estiveram presentes: Alberto Hidd e Maria Helena Santos, membros da SEAD; os membros da Concessionária Guilherme de Figueiredo Dias e Paulo Roberto Sento-Sé Reis; Clemilton Luiz Queiroz Granja e Leonardo Silva Sousa, membros da AGESPISA; Francisco Antônio de Sousa Filho, membro AGRESPI. Após a contextualização preliminar, Alberto Hidd procedeu a leitura da pauta, que trata dos seguintes pontos: **I - Relatório semanal da Concessionária: Visitas Técnicas aos Municípios com SAAE's; II - Relatório quinzenal da Concessionária sobre tombamento dos bens reversíveis; III - Confirmação da AGESPISA sobre as informações pendentes, especialmente: registro de imóveis, seguros, licenças, IPTU e as requeridas através do Ofício nº Ofício Nº: 907/2025/SEAD-PI/GAB/SUPARC/MRAE e Despacho nº 14/2025 (informações complementares GT Patrimonial); IV - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição.** No que se refere ao **primeiro ponto de pauta**, a concessionária informa que já foram visitados todos os 157 municípios operados pela AGESPISA. Ele explica que, em Teresina, a zona rural era parcialmente operada pela AGESPISA e parcialmente pela prefeitura. Quanto ao InfraInteligente, Guilherme atualiza que, dos 224 municípios, a concessionária já mapeou 39, com 32 concluídos e 7 em andamento. Esse processo é mais lento devido à quantidade de ativos. Até o momento, foram cadastradas 671 plantas operacionais, de um total de 4.549. Alberto questiona se plantas são cada tipo de ativo? Guilherme esclarece que plantas são as áreas que têm os ativos dentro cadastrado. Alberto diz que a sua pergunta sobre o conceito de planta é para poder entender especificamente onde o Poder Concedente vai ter que se debruçar para a verificação dos bens reversíveis no sentido de que vários desses bens reversíveis coincidem entre os municípios, então não tem sentido analisarem município a município e sim as espécies de bens, as espécies de ativos, por isso a pergunta, se é isso que significava a palavra planta, e por isso o questionamento se cada planta contempla vários ativos. Guilherme responde que cada planta é um site operacional e tem os ativos que estão dentro dela. Maria Helena pergunta se o relatório do





infra será disponibilizado no drive com as 671 plantas, e Alberto sugere que seja criada uma aba que permita filtrar os ativos. Guilherme explica que, ao assumir a operação, haverá situações em que equipamentos previamente cadastrados terão sido substituídos pela AGESPISA. Isso exigirá a atualização dos ativos. Alberto menciona que o contrato prevê a atualização da lista de bens reversíveis dentro de um prazo após a transição. Guilherme informa que será criado um painel semanal para monitorar a evolução do fechamento da administração dos bens. Ele cita o exemplo da ETA de Paulistana, que, no termo de referência, consta como em “boa condição”, mas apresenta problemas na dosagem de químicos e fissuras estruturais. Em vez de produzir 300 litros, sua capacidade atual está reduzida à metade. Além disso, Guilherme menciona que a ETA de Piracuruca foi classificada como estando em “condição moderada”, mas sua situação é crítica (ele apresenta uma foto demonstrando seu colapso). Alberto pergunta o que significa que foi apresentado por uma estação para tratamento e distribuição da água, porém não consta nos bens reversíveis, como assim foi apresentado? Guilherme diz que foi realizada a visita e tem que fazer o diagnóstico para saber o tipo de tratamento que foi feito, esse é SAAE, então existem essas situações que vêm sendo encontradas também. Alberto destacou que, na época da estruturação, os bens dos SAAEs não foram contemplados. Guilherme apontou a importância do Cadastro Único (CadÚnico) para a estratégia da tarifa social e que ainda não foi disponibilizado. Segundo os dados da AGESPISA, apenas 3,2% das economias estão inscritas na tarifa social, enquanto o potencial real é de 64%. Ele explicou que a legislação federal prevê o uso do CadÚnico, mas exige um reequilíbrio prévio do contrato, que pode ser feito por meio da outorga ou da tarifa. Caso a tarifa seja ajustada para incluir 64% das economias, isso pode gerar um problema político significativo. Alberto destacou que a legislação prevê que esse reequilíbrio deve ocorrer, preferencialmente, por subsídio cruzado, o que implicaria no aumento da tarifa. Guilherme reforçou a necessidade de obter informações detalhadas para calcular corretamente esse reequilíbrio. Alberto lembrou que, na última reunião, Danilo mencionou que o IBGE disponibiliza dados sobre o CadÚnico. Guilherme alertou, no entanto, que o número fornecido pelo IBGE pode não ser totalmente confiável, pois alguns municípios apresentam percentuais inconsistentes, como casos em que 114% da população estaria cadastrada. Alberto ressaltou que a concessionária precisa ter acesso ao CadÚnico para realizar seus cálculos, o que exige compartilhamento de dados. Maria Helena informou que a lei prevê atualização anual dessas informações. Guilherme destacou a preocupação com a discrepância entre os números apresentados, considerando que os dados da AGESPISA indicam 3,2% e o IBGE aponta um potencial de 64%. Na sequência, Guilherme comentou a ausência da SEMARH na reunião sobre regularização ambiental. Maria Helena explicou que o encaminhamento definido foi a apresentação de um cronograma pela concessionária, alinhado às fases previstas no Termo de Compromisso Ambiental. A ideia é realizar uma reunião virtual para deliberação e ajustes, após o que a concessionária oficializará o cronograma e o poder concedente encaminhará internamente. Guilherme alertou que, caso a questão ultrapasse a competência estadual da SEMARH e envolva o IBAMA, pode ser necessário um convênio entre os órgãos. Maria Helena reforçou que a primeira fase do Termo de Compromisso Ambiental prevê um diagnóstico para levantamento de todas as licenças necessárias. Guilherme mencionou que bancos como o BNB exigem regularização ambiental e jurídica para concessão de financiamento. Alberto questionou se a concessionária tem conhecimento sobre processos contra a MRAE, sendo informado que há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e uma Ação Popular. Ele sugeriu oficializar à PGE para solicitar a listagem e disponibilização de todos os processos relacionados à MRAE. Maria Helena reforçou



que, no início da transição, foi acordado que qualquer processo público poderia ser solicitado por e-mail pela concessionária. Guilherme diz que a questão ambiental a SEMARH não participou da reunião, Maria Helena disse que o que foi discutido colocará como encaminhamento ao GT Ambiental, que a concessionária apresentasse um cronograma de acordo com as fases previstas no termo de compromisso ambiental, incluindo o tempo de vigência deste termo, e então realizariam uma reunião virtual para deliberar e fazer os ajustes, e então a concessionária oficializava e o Poder Concedente internamente iria encaminhar. No que se refere ao **segundo ponto de pauta**, Alberto leu II - Relatório quinzenal da Concessionária sobre tombamento dos bens reversíveis. Guilherme informa que será protocolado ainda hoje. No que se refere ao **terceiro ponto de pauta**, Alberto leu, III - Confirmação da AGESPISA sobre as informações pendentes, especialmente: registro de imóveis, seguros, licenças, IPTU e as requeridas através do Ofício nº Ofício Nº: 907/2025/SEAD-PI/GAB/SUPARC/MRAE e Despacho nº 14/2025 (informações complementares GT Patrimonial); Alberto recorda que ficou acordado, na última reunião, que a AGESPISA forneceria informações pendentes, incluindo registro de imóveis, seguros, licenças, IPTU e outros dados requeridos por ofício. Na reunião, Nayane (representante AGESPISA) informou que já conseguiram inserir uma parte significativa das informações, embora não tenham alcançado 100% de toda a documentação. No relatório, a AGESPISA avançou bastante na questão do registro de imóveis, incluindo uma numeração específica para alguns registros, especialmente em casos de glebas e documentos antigos. Caso necessário, Nayane menciona que podem disponibilizar os documentos digitalizados. Sobre os produtos químicos, Nayane explica que algumas informações já foram adicionadas, e ela continuará inserindo mais dados nos próximos dias. Em relação às licenças ambientais, Nayane mencionou que receberam mais relatórios, tanto de licenças de operação quanto ambientais, porém, há poucas licenças efetivamente emitidas. A maior parte dos casos são processos ainda em tramitação para obtenção das licenças. Sobre o IPTU, Nayane menciona que houve avanços, mas algumas cidades ainda precisam enviar os dados virtualmente, e ela continuará inserindo essas informações conforme forem recebidas. Guilherme destacou que, para a prestação de serviços de concessão, é necessário apenas o número da matrícula do IPTU, pois muitos municípios não possuem cobrança desse imposto. Nayane explicou que, de fato, muitos imóveis não possuem IPTU devido à inexistência de cobrança, sendo que apenas cidades maiores, como Parnaíba e Floriano, possuem esse registro. Diante disso, solicitou que os municípios forneçam o endereço dos imóveis e indiquem, na frente, a isenção do imposto. Sobre os Termos de Ajuste de Conduta (TACs), Nayane informou que havia uma reunião prevista para terça-feira com a empresa Águas do Piauí, mas o contato não ocorreu. No entanto, a AGESPISA realizou uma reunião interna com o setor jurídico e verificaram que não existe nenhum TAC entre a AGESPISA e qualquer outro órgão. Essa informação foi formalizada em ofício, e uma correção será feita para garantir a clareza do documento. Alberto comentou que já imaginava que a concessionária faria essa solicitação formal. Nayane afirmou que toda essa informação já está disponível no drive. Alberto questionou Nayane sobre a questão dos imóveis, especialmente aqueles que não possuem registro formal, mas contam com outro tipo de documentação. Nayane explicou que, nesses casos, não há uma numeração padronizada, pois se trata de documentos antigos. No entanto, o registro no cartório existe, mas com um tipo diferente de numeração, que pode ser encontrada na tabela do relatório. Alberto sugeriu uma revisão detalhada dessas informações para entender exatamente quais documentos estão disponíveis. Nayane afirmou que todos os documentos são registrados em cartório. A respeito das glebas, Alberto comentou que, no interior, muitas matrículas se referem apenas à gleba, sem a averbação de construções





específicas. Dessa forma, um mesmo registro pode incluir tanto o local onde está situado um ativo quanto outras áreas adicionais. Nayane confirmou essa situação, explicando que nem todas as matrículas estão disponíveis, mas que há registros de imóveis públicos, e todos esses arquivos podem ser disponibilizados no drive, caso necessário. Nayane continua dizendo que esses registros geralmente indicam limites baseados em ruas e outros marcos referenciais. Paulo Roberto questionou se esses documentos estão registrados em nome da AGESPISA. Nayane esclareceu que, em alguns casos, sim, especialmente os imóveis próprios da AGESPISA. No entanto, existem muitos imóveis que são utilizados por meio de cessões de uso ou parcerias. Alberto ressaltou a importância de verificar essas cessões para identificar se há matrícula registrada dos imóveis, mesmo que a propriedade não pertença formalmente à AGESPISA. Nayane informou que todos os contratos de cessão já foram inseridos no drive. Por fim, Alberto reforçou que, à medida que forem surgindo novos documentos sobre licenças e IPTU, devem continuar sendo adicionados às pastas. Nayane afirmou que, no que diz respeito aos imóveis, acredita que já tenha incluído toda a documentação disponível até o momento. No que se refere ao **quarto ponto de pauta**, Alberto leu o ponto, IV - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição. No último ponto de pauta, já tratamos do primeiro item, que se refere aos TACs. No entanto, ainda não discutimos o segundo, que trata do exame dos contratos vigentes, conforme a cláusula 18.2.15 do contrato. Esse exame foi solicitado por meio de um ofício enviado pela MRAE, mas não houve manifestação até o momento. Maria Helena confirma essa informação, explicando que houve uma reunião com Nayane, Paulo e Vilarinho, na qual apresentaram a lista dos contratos analisados. Diante disso, foi oficializado um pedido para que a AGESPISA se manifestasse sobre a situação desses contratos. Além disso, foi enviada uma cópia para a concessionária, para que ela também pudesse revisar os documentos e identificar possíveis contratos que pudessem ter passado despercebidos. Nayane esclarece que ainda não respondeu ao ofício porque estão tendo um cuidado especial na análise tanto da relação de contratos vigentes quanto da lista enviada. Em análise às questões de ordem, foi deliberado e aprovado, por unanimidade dos integrantes que compõem o Comitê de Transição - MRAE, o seguinte: **I - Poder Concedente deverá articular reunião com SDR/PMT para coleta dos dados da zona rural de Teresina; II - Poder Concedente deverá articular com a SASC sobre dados do CADÚnico; III - Poder Concedente deverá oficializar a PGE sobre listas dos processos judiciais em face da MRAE.** Concluída as proposições e sem nenhuma discordância das premissas apresentadas, eu Maria Helena Santos Soares, lavrei a presente ata, que será publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí - DOE/PI, sob responsabilidade dos membros da SEAD-PI.

**Alberto Elias Hidd Neto**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

**Clemilton Luiz Queiroz Granja**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Danilo Cezar Correia de Almeida**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí



**Francisco Antônio de Sousa Filho**

Membro Comitê de Transição - AGRESPI

**Guilherme de Figueiredo Dias**

Membro Comitê de Transição - SPE Águas do Piauí

**Leonardo Silva Sousa**

Membro Comitê de Transição - AGESPISA

**Maria Helena Santos Soares**

Membro Comitê de Transição - SEAD/PI

## **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ**

### **Ata de Reunião**

#### **ATA DA 10ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSIÇÃO DA MICRORREGIÃO DE ÁGUA E ESGOTO DO PIAUÍ - MRAE**

Aos vinte dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, às oito horas, de forma híbrida, na sala de Reunião da Superintendência de Parcerias e Concessões - SUPARC, localizada na Avenida Rio Poti, nº 1046 - Fátima, Teresina - PI, CEP 64049-410, em cumprimento ao Capítulo 7 - FASE DE TRANSIÇÃO, do Contrato nº 648/2024, realizou-se a 10ª Reunião do Comitê de Transição - MRAE. Enquanto representantes do Comitê de Transição - MRAE, designados através da Portaria nº 4/2025/GAB/SEAD e suas alterações, nos autos do Processo Administrativo nº 00002.011728/2024-22, estiveram presentes: Alberto Hidd e Maria Helena Santos, membros da SEAD; os membros da Concessionária Guilherme de Figueiredo Dias e Danilo Cezar Correia de Almeida; Clemilton Luiz Queiroz Granja e Leonardo Silva Sousa, membros da AGESPISA; Francisco Antônio de Sousa Filho, membro AGRESPI. Após a contextualização preliminar, Alberto Hidd procedeu a leitura da pauta, que trata dos seguintes pontos: **I - Relatório semanal Concessionária - tombamento dos bens reversíveis; II - Visitas aos municípios sem AGESPISA pelo PODER CONCEDENTE; III - Análise AGESPISA dos contratos vigentes, conforme deliberação da 9ª Reunião do Comitê; IV - Informes e proposições adicionais dos integrantes do Comitê de Transição.** No que se refere ao **primeiro ponto de pauta**, Guilherme (representante da Concessionária) informou que todos os municípios atendidos pela AGESPISA já foram visitados e que estão atualmente trocando informações complementares. No entanto, ainda há municípios pendentes, como Landri Sales e a zona rural de Teresina. Maria Helena informa que já houve uma interação entre Vilarinho e Valdemar, da SDR, sobre a zona rural. Valdemar ficou responsável por levantar informações e repassá-las à Águas do Piauí. Guilherme continua informando que até o momento, foram mapeadas 58 cidades com infra, das quais 49 já tiveram o levantamento concluído, enquanto 9 ainda estão em andamento. Alberto

